

A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: DESAFIOS AO PROFESSORⁱ

Neri de Paula Carneiroⁱⁱ

Resumo. Neste artigo pretende-se discutir alguns elementos que estão presentes no processo da produção da história local principalmente relacionada ao ensino da região, nos anos iniciais do ensino fundamental. Tanto questões relativas à teorização da história como no que diz respeito à postura do professor e à prática do ensino da história. Começamos propondo o problema dizendo que a história local, principalmente no caso de Rondônia é algo a ser feito. Depois discutimos uma conceitualização da história e um de seus objetos mais problemáticos que é a idéia de tempo. A partir disso entramos na discussão sobre de elementos mais específicos da prática do professor e sua ação em sala de aula como é o caso da periodização e da necessidade do professor de história local se fazer um pesquisador superando a mera repetição das apostilas e livros por vezes duvidosos. Chamamos a atenção para a necessidade de se considerar o universo do estudante e os aspectos da cultura local que ajudam não só a explicar a localidade como a evidenciar as características da população local.

Palavras chave: história local, pesquisa histórica, ensino de história.

16

1- Propondo um problema

Existem várias formas de se conhecer algo. Da mesma forma que existem várias formas de representar esse conhecimento no processo do ensino aprendizagem. Pode-se conhecer indiretamente, através do que outros disseram. É o que fazemos na maioria das vezes. Quase nunca verificamos por nós mesmos. Quase sempre confiamos no que outros nos apresentam. É o que fazemos ao utilizar o livro didático. Nós não estamos nesse material. Apenas transmitimos aos alunos aquilo que outra pessoa pensou, pesquisou e apresentou. Por isso a sua utilização pode ser alienante, pois em geral, nos limitamos àquilo que está no livro; inclusive os exercícios desenvolvidos em sala de aula não são nossos, mas reprodução do livro. Chega-se ao absurdo de alguns professores arrancarem as páginas em que se encontram as respostas dos exercícios... Infelizmente essa é uma forma de se conhecer algo: reproduzindo o que já existe.

E quando falamos em história local a coisa ainda é pior. Em muitos casos o professor lotado para a disciplina de Estudos Regionais ou História de Rondônia não é habilitado em história. Assume a disciplina para “complementar a carga horária”. Daí que muitos desses professores se sentem no direito de apenas reproduzir o que “encontram por aí”...

Mas podemos desenvolver outro modelo de conhecimento/ensino, como o que nasce da pesquisa. Mesmo no ensino fundamental isso é possível. E quando se trata do estudo e ensino da *História Local* vale o mesmo raciocínio. Principalmente porque, embora possa parecer algo fácil, este não é um trabalho simples como pode parecer à primeira vista. Exige mais do que um professor lendo algumas informações num livro qualquer ou numa apostila fotocopiada.

Infelizmente a prática, cotidiana de muitos professores é essa: com muito boa vontade, mas com pouca informação os professores se valem de livros questionáveis ou de textos avulsos, fotocopiados, copiados da internet. Sabendo que, em geral, ambos – livro e apostila – são reproduções de outras reproduções, que em geral não nasceram de pesquisas historiográficas, nem de pesquisas realizadas pelo professor em questão. De modo geral tanto o autor dos livros sobre nossas cidades e nosso estado como os compiladores das apostilas, utilizam o mesmo processo: selecionam alguns aspectos do que consideram interessantes. O critério da seleção é o fato de estar escrito em algum lugar ou já apostilado. Entretanto como em todas as áreas do conhecimento, o professor de história local, antes de ir, à sala de aula precisa estudar. Aqui começa nosso desafio.

O que entendemos quando falamos em *História Local*? O que é a história? A qual local estamos nos referindo? A história é uma ciência que se preocupa com fatos e realizações, portanto tem a ver com o tempo. O local é uma indicação espacial e sendo uma delimitação espacial, poder-se-ia dizer que se trata de algo próprio da geografia física. Por esse motivo o estudo-ensino da história local precisa ser contextualizada espaço-temporalmente. Caso contrário ou se privilegiará a história factual, alguns “personagens ilustres”, em detrimento do contexto e do processo que produz os fatos; ou se privilegiará a região, como algo indefinido, pois se estará estudando um conceito geográfico com critérios de história.

No caso específico de Rondônia o problema pode se agravar embora não chegue à indefinição temática, mencionada por Caimi (2010). Aqui o direcionamento temático já está definido pela secretaria de educação estadual. Como dissemos acima, no ensino fundamental se utiliza a denominação de *Estudos Regionais* para uma ementa que contempla um misto de história e geografia. Entretanto, como se usa a denominação *Estudos* pode-se ter a impressão de que o foco é a pesquisa ou a proposição de um processo pelo qual as aulas fossem um processo de construção do conhecimento sobre a região. Mas raramente é isso que ocorre visto que poucos dos professores dessa disciplina são historiadores ou geógrafos, mas levados a assumir a disciplina como complemento de carga horária. Só no ensino médio é que se fala, especificamente, em História de Rondônia, mas o quadro de professores lotados com a disciplina não muda muito.

Cabe lembrar que os problemas não se resumem à formação do professor ou ao fato dessa disciplina ser relegada a segundo plano. Do ponto de vista da pesquisa, Caimi (2010, p. 64) aponta uma pequena lista de problemas a serem enfrentados por quem se dedica à história local: “dispersão da documentação a ser examinada”; “eventual inexistência de fontes impressas”; “proximidade temporal e física com os sujeitos históricos implicados na pesquisa”. Por sua vez Schmidt e Cainelli (2010, p. 137) afirmam que “um dos principais problemas relacionados ao uso da história local no ensino de história é a definição e a abrangência desse conceito”. Também Fonseca (2010, p. 118), depois de destacar a “importância da problematização e do estudo do local para a formação histórica de crianças e jovens”, faz uma lista de problemas relacionados a esta temática. Destacamos sua afirmação de que “as fontes de estudo, os documentos disponíveis aos professores, em geral, são constituídos de dados, textos, encartes materiais produzidos pelas prefeituras, órgãos administrativos”. E a autora ressalta que esse tipo de material se destina à preservação da memória não dos grupos populares, mas de grupos econômicos e políticos da elite local.

Por qual motivo estamos nos detendo sobre a história local? Porque este pode ser um bom ponto de partida para o estudo-ensino da história. Não só para o ensino fundamental, no que diz respeito às orientações dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) (Brasil, 1998), mas porque o estudante vive no município, uma

unidade política inserida num estado que, por sua vez é um ente da federação. Ou seja, o estudante, por mais que se volte para o mundo, vive no município. Sendo assim nada mais lógico do que entender a história do mundo a partir da história da localidade em que vive. Observando os PCNs veremos que o currículo escolar de história deve começar com o estudo do meio mais próximo e, progressivamente ampliar essa compreensão. Com isso se pretende que o aluno se sinta não como uma peça num grande tabuleiro, mas como agente das mudanças e transformações que sempre ocorrem.

Voltamos, portanto à questão: o que e como estudar-ensinar a história local? O que se está propondo, aqui, é estudá-la a partir da contextualização do município: o local em que a criança se situa. Por isso a importância de relacionar o município com o estado, o país e o mundo. O município não é uma ilha nem um ponto isolado, mas uma localidade que nasceu e se desenvolveu a partir e dentro de condições bem específicas da conjuntura estadual, nacional e mundial. Por esse motivo é importante ir além do que está no material didático seja ele de qualquer natureza. O professor precisa ter pleno domínio desses conhecimentos. Caso contrário, também este, será um estudo/ensino mecânico a ser feito apenas porque está previsto no programa. E, pior ainda, reforçado o poder instituído, sem possibilidade crítica.

2- A história

Em grego a palavra história significa pesquisa, investigação. Entretanto, nem sempre a história tem sido isso, por vezes foi confundida com lista de nome de personagens famosos e data. Após comentar duas posições antagônicas a respeito do significado da história, Edward H. Carr afirma que a resposta à indagação será sempre baseada em nossa opinião. Diz o autor:

Quando tentemos responder à pergunta “Que é história?” nossa resposta, consciente ou inconscientemente reflete nossa própria posição no tempo, e faz parte da nossa resposta a uma pergunta mais ampla: que visão nós temos da sociedade em que vivemos? Não tenho medo de que meu tema possa, em exame mais detalhado, parecer trivial. Receio apenas que eu possa parecer presunçoso por ter levantado uma questão tão vasta e tão importante (CARR, 1996, p. 37)

Isso implica dizer que não pretendemos ter a última palavra, mas um dos caminhos para o estudo/ensino da história local deve partir da compreensão da própria idéia de história. Sendo assim, a que responderíamos a alguém que nos perguntasse o que entendemos por história?

A maioria de nós responderia que história é o estudo do passado. Essa resposta está, ao mesmo tempo, correta e errada (BLOCH, 2001). Está correta porque o objeto de estudo da história é o passado; mas como não temos acesso ao passado, ele já não existe, fica-nos difícil seu estudo. Triste dilema enfrenta o historiador: estudar aquilo que lhe é inacessível. Mas Veyne (2008, p. 25) sugere uma delimitação para estudar esse universo inacessível, que, segundo ele é “indeterminado”, uma vez que: “O campo da história é, pois, inteiramente indeterminado, com uma única exceção: é preciso que tudo o que nele se inclua tenha, realmente, acontecido.” Trata-se de uma ciência do tempo. É impossível pensar a história sem o tempo.

“Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. O historiador não apenas pensa “humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade. (BLOCH, 2001, p. 55)

E o tempo que interessa à história é o passado. O que aconteceu é passado. Entretanto, não tendo acesso ao passado, mas sabendo que ele aconteceu, o historiador deve visitá-lo por meio de alguns retalhos que se esparramaram pelo tempo: documentos escritos, fotografias, mapas, jornais antigos... Além de monumentos, músicas, elementos da cultura, como roupa, festas... a pesquisa histórica não se faz imediatamente, mas mediada pelos documentos, pelas fontes. Todos e quaisquer documentos, entretanto, por mais objetivos que sejam, não passam de retalhos do passado e não o passado. Cabe ao historiador juntar as peças, procurando-lhes um significado. Lembrando sempre que o historiador está no seu presente. E o que é o presente? De acordo com Bloch (2001, p. 60)

O que é, com efeito, o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de Memória. São palavras, ao mesmo tempo banais e profundas, do jovem Goethe: não existe presente, apenas um devir, nichts gegenwärtig, alles vorübergehend. Condenada a uma eterna transfiguração, uma pretensa ciência do presente se metamorfosearia, a cada momento de seu ser, em ciência do passado.

Sem ter contato com o passado e sendo impossível parar o presente, pois este flui para o passado que lhe foge às mãos, o historiador vive o dilema de sua ciência: trabalhar com algo intangível. Por esse motivo, e para fazer essa junção das peças do quebra cabeça, o historiador se fundamenta em um método e em algum elemento teóricos sobre o qual fundamentará sua pesquisa e sua interpretação. São esses “instrumentos teóricos e metodológicos” (OLIVEIRA, 2010, p. 10) que possibilitam consistência do trabalho do pesquisador. Mesmo assim e apesar disso, o resultado será sempre uma *interpretação* e não o passado em si mesmo. Por isso a história não é um *resgate do passado*, mas um olhar que se desenvolve a partir do presente, com uma metodologia específica. Será sempre uma *interpretação*... e se é interpretação é a visão de alguém do presente, a partir de documentos do passado, sobre um fato (acontecimento) do passado sobre o qual não há possibilidade de acesso nem de intervenção.

Podemos dizer, portanto que os documentos (as fontes) são retalhos de um tempo passado. Essas fontes chamam atenção de um historiador que se interessa por esse retalho com o qual e a partir do qual propõe uma interpretação do passado inacessível, num presente fluido.

Além disso, temos que nos lembrar de que todos os sinais do passado, representados pelos documentos, não são importantes por si mesmos, mas porque representam aspectos de alguma sociedade, dentro de um espaço e num tempo determinados. Assim, ao olharmos para os retalhos os situamos, dizendo que nos arremetem a períodos específicos do passado. É a partir disso que podemos falar em história de Roma antiga, da Grécia homérica, do Brasil colônia, da América pré-colombiana.

Esses retalhos são visitados, estudados, pesquisados e sobre eles dizemos algo não porque sejam interessantes em si mesmos, mas porque um historiador, no presente, o escolheu como objeto de sua atenção. Esse é o direcionamento de nossas atenções ao estudar a história local, referindo-se a Rondônia ou da cidade em

que vivemos. São os nossos interesses que nos levam a pesquisar tal retalho do passado. Para isso dependemos de nossas fontes, os mais diferentes tipos de documentos que nos trazem informações sobre o passado que elegemos como nosso foco de interesse.

Cada vez mais se impõe a afirmação de que “a obra de história é uma construção do próprio historiador”. Além disso, não é a fonte nem a metodologia, mas é o próprio historiador “quem escolhe seu objeto, escolhe como vai trabalhá-lo, expô-lo”. A história também se distingue dos documentos ou fontes disponíveis, uma vez que “não se pensa mais a história dos homens como algo absoluto, objetivo, que está prontinho nos arquivos” (BORGES, 1996, p. 45).

Que é, pois, a história? A resposta nos leva para além do presente e do passado. Coloca-nos diante do próprio historiador. Ainda de acordo com Vavy P. Borges (1996, p. 45): “A história não é o passado, nem um olhar dirigido ao passado: a partir do que esse objeto ficou representado, o historiador elabora sua própria representação. A história se faz com documentos e fontes, com idéias e imaginação”

Também é importante ter presente que quando falamos em história, não estamos nos referindo aos fatos ou às datas dos livros de história, mas à própria vida da sociedade que produziu os documentos mencionados no contexto estudado ou mencionado no livro. Esses fatos retratam alguns aspectos do dia-a-dia ou das relações sociais, políticas, econômicas da sociedade estudada. A história, portanto será a história das produções humanas, ou seja, da cultura. Aquilo que as pessoas realizam, vivenciam, constroem e sentem. Em outras palavras podemos dizer que a história a ser estudada pode representar os comportamentos, as relações econômicas, as posturas políticas... os estilos de vida e de comportamento das sociedades.

O passado se constitui como “história vivida” manifestando-se como uma problemática ou o ponto de partida para responder às indagações do historiador o qual, com seu trabalho de pesquisa, produz a “história escrita”, esta, sim, uma versão ou interpretação do passado. Segundo o comentário de Oliveira (2010, p. 10):

A história vivida ou o processo histórico refere-se às experiências vivenciadas pelas diversas sociedades, mas este passado não pode ser recomposto em sua totalidade, não há como resgatar o passado em sua inteireza.

A história escrita é um recorte desse passado, não por incompetência dos profissionais da história, mas porque este é o objetivo da produção do co-

nhcimento histórico: problematizar o passado. Não se estuda história para contar tudo o que aconteceu, mas para construir uma Problemática sobre o passado. (grifo nosso)

A história, portanto, é um dos instrumentos do qual lançamos mão para conhecer aspectos da cultura dos povos que nos precederam. E, para fazer esse estudo, utilizamos os documentos, os quais podem apresentar-se a nós de forma física, como um texto de jornal, fotografia, placa de inauguração de uma escola, ou um documento oficial datando a criação dessa escola; ou representar elementos da arte ou outro aspecto da cultura, como uma música ou determinado prato típico de uma região, uma festa popular. O estudo da história pode ser desenvolvido a partir desses elementos ou do seu entrelaçamento, buscando os pontos convergentes entre a placa, a fotografia e o documento oficial, por exemplo. Ao historiador, interessa não o documento oficial que cria a escola, nem a placa de sua inauguração, mas as motivações, intenções e interesses a partir das quais a escola foi criada. É, portanto, o cotidiano que explica a história (o fato, o acontecido) e não a história (ciência) que explica o cotidiano.

Lembrando que a cultura ou elementos da cultura tanto podem provir de manifestações já cristalizadas e que se expressam nas diferentes práticas e posturas sociais: festas, costumes, lendas, elementos da culinária ou do folclore, eventos... como naqueles elementos e comportamentos do cotidiano e que nem sempre nos damos conta de que estamos realizando ou utilizando. Tomemos o exemplo da escrita: houve uma época em que se utilizavam penas de aves para escrever, depois vieram as canetas tinteiro e posteriormente as canetas esferográficas... e, neste início de século XXI já existem muitas pessoas que escrevem quase que somente utilizando o computador.

Tendo isso presente, quando falamos em história local queremos saber como esses diferentes aspectos culturais se manifestaram, como as diferentes relações sociais, políticas, econômicas... se estabeleceram. Para isso podemos nos valer, não só dos documentos físicos, como da memória das pessoas dessa localidade; podemos nos fundamentar nas falas dos personagens mais antigos e que, portanto, possuem um maior volume de experiência de vida – história de vida – nessa localidade. Os documentos e todas as fontes serão as versões do passado ou o nosso suporte para interpretarmos o passado da localidade que estivermos pesquisando.

Isso implica dizer, e repetir, que estudamos não o fato em si, mas a interpretação dos fatos. Sendo interpretação, a história será sempre uma versão do fato.

A *primeira interpretação* será aquela feita por quem viveu ou teve acesso ao fato e o absorveu a partir de seus condicionamentos e expectativas de vida. Outra interpretação do passado é aquela presente no documento a ser utilizado na pesquisa. Uma fotografia, por exemplo, não é o passado, mas um recorte, um quadro congelado de um aspecto do passado. Aqui a pergunta de fundo deveria ser: por que o informante apresenta esta versão do fato? Porque ele se recorda desse aspecto ou deste fato? A *segunda interpretação* será aquela feita pelo pesquisador a partir das informações fornecidas por quem viveu o fato. Mesmo munido de uma metodologia ou de uma base teórica válida, podemos indagar: o que leva o pesquisador a se valer deste e não de outro suporte teórico? Porque selecionou estes e não outros elementos para analisar? Em todos os casos o historiador trabalha a partir de uma ideologia e de forma indireta, trabalha a partir das interpretações que produzem o documento. Por isso repetimos: A história será, sempre, uma versão do passado inacessível. É aquilo a que se teve acesso, de algo inacessível. Por isso é *uma* versão-interpretação possível.

Mas também é uma interpretação a partir das intenções, dos interesses e das motivações que movem o historiador, o qual não é uma pessoa neutra. Pelo contrário, é uma pessoa movida pelos seus interesses pessoais e acadêmicos, pelo seu embasamento teórico e por todas as demais motivações que possamos imaginar e que implicam numa não neutralidade. A respeito do caráter interpretativo do historiador em relação ao passado, diz Vavy Pacheco Borges (1996, p. 56):

Conforme o presente em que vivem os historiadores, são diferentes as perguntas que eles fazem ao passado e diferentes são as projeções de interesses, perspectivas e valores que lançam no passado. Eis porque a história é sempre reescrita. Isso se resume na frase: 'a história é filha de seu tempo'.

Como filha de seu tempo a história se faz a partir dos fatos que o historiador seleciona de acordo com seus critérios e motivações. Como sugere Carr (1996), nesta longa citação, mas que nos ajuda a entender não a importância do fato, mas a importância do historiador

É comum dizer-se que os fatos falam por si. Naturalmente isto não é verdade. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto. Acho que foi um dos personagens de Pirandello quem disse que um fato é como um saco - não ficará de pé até que se ponha algo dentro. A única razão por que estamos interessados em saber que a batalha foi disputada em Hastings em 1066 é que os historiadores olham-na como um grande acontecimento histórico. É o historiador quem decide por suas próprias razões que o fato de César atravessar aquele pequeno riacho, o Rubicão, é um fato da história, ao passo que a travessia do Rubicão, por milhões de outras pessoas antes ou desde então não interessa a ninguém em absoluto. O fato de você ter chegado neste edifício meia hora atrás a pé, ou de bicicleta, ou de carro, é exatamente tanto um fato do passado quanto o fato de César ter atravessado o Rubicão. Mas provavelmente será ignorado pelos historiadores. O professor Talcott Parsons uma vez designou ciência como “um sistema seletivo de orientações cognitivas para a realidade”. Talvez isto possa ser colocado de maneira ainda mais simples. Mas história é, entre outras coisas, isto. O historiador é necessariamente um selecionador. A convicção num núcleo sólido de fatos históricos que existem objetiva e independentemente da interpretação do historiador é uma falácia absurda, mas que é muito difícil de erradicar. (CARR, 1996, p. 39)

Tendo isso presente procuremos entender um pouco melhor a relação da história com o tempo ou do tempo histórico.

O tempo e a história

25

As reflexões acima são necessárias, mas devem ser complementadas com as que se seguem. E por um motivo simples: um dos elementos imprescindíveis para a história é o tempo. Sendo um elemento essencial para a história, precisamos entendê-lo a partir dos princípios e da perspectiva da história.

Um primeiro ponto a ser esclarecido é a afirmação de que o tempo histórico, não tem o mesmo e exato significado que damos ao nosso tempo sucessivo e diário. Nós, em geral, vivemos em função de três categorias do tempo: o ontem o hoje e o amanhã. E se observarmos ao nosso redor perceberemos que muitas pessoas passam a vida lamentando algo que lhes escapou e se perdeu no ontem e por causa disso raramente vivem bem seu momento presente e, portanto, não se preparam para o amanhã. Mas a nossa relação com a temporalidade se refere a uma dimensão existencial. Estamos no tempo e nos relacionamos com ele porque somos seres situados na temporalidade. As consequências de nossas ações no tempo é que dizem respeito à história. Somos seres temporais e históricos, mas o que interessa à histó-

ria não é a nossa temporalidade, mas o resultado de nossa ação no tempo. Nossa ação, nossa vida ocorre apenas no presente e o que interessa à história é o passado. Notando que todas as nossas ações ocorrem no presente, mas se dá como consequência de um passado; isso ocorre ao mesmo tempo em que nos “dirigimos” para o futuro embora não estejamos nem no passado nem no futuro.

O que chamamos de ontem, hoje e amanhã, ou passado, presente e futuro são categorias temporais e diante delas nos indagamos: O que é o passado? O presente? O futuro?

O passado pode ter existido, mas não existe mais. O que nos resta do passado são lembranças. Aquilo que a memória humana selecionou para preservar – ou os registros do passado, feitos no passado. Entretanto o que permanece na memória não é o passado, mas pequenos fiapos de algo perdido; e mesmo os registros não são o passado, mas uma representação. A memória preserva apenas aspectos de algo que teve algum significado, mas não a coisa em si, nem a totalidade do fato acontecido. Voltemos ao exemplo da fotografia – de um casamento de alguém que conhecemos: o que vemos nessa foto? Suponhamos que sejam os noivos cortando o bolo. Isso é o casamento? Só estavam no casamento as pessoas que aparecem, na cena do corte do bolo? Olhando a foto do bolo podemos saborear, *novamente*, o mesmo bolo? Onde está, portanto o passado? Isso impõe a pergunta: para onde vai o que a memória não considerou relevante e, portanto, não registrou? Cai no esquecimento. O que já não existe concretamente deixa de existir até mesmo na memória, uma vez que foi esquecido. Pode até ter acontecido, mas uma vez esquecido, deixa de existir!

O passado é uma categoria que usamos para falar de algo inexistente, algo que não podemos manipular. Ou, como já o afirmamos acima, o passado corresponde ao intangível embora guardado na memória – ou em qualquer outra forma de registro; o mesmo vale para aquilo que a história convencionou chamar de documento: qualquer registro é apenas um aspecto, não o fato. Os documentos-registros são alguns desses fiapos ou aspectos do passado, mas não o passado. Além disso, em si e por si o passado não tem nenhuma importância.

O passado visto por si mesmo, o passado pelo passado, tem um interesse muito limitado, e, por vezes, nulo. Mas a história, hoje em dia, não visa ex-

plicar esse passado distante e morto. E é a contribuição que ela pode trazer para a explicação da realidade em que vivemos que nos leva a ver como fundamental sua divulgação fora das universidades. (BORGES 1996, p. 8)

O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao futuro. Também inacessível, não por ter se perdido, mas por ainda não ter acontecido e por isso ser indefinido. O futuro é um emaranhado de possibilidades, mas que ultrapassam nossa capacidade de acesso. Por mais que planejem algo, sua realização será diferente do planejado, demonstrando a inacessibilidade do futuro. Sua existência permanece no nível das conjecturas. Da mesma forma que o passado, o futuro não tem existência em si mesmo, mas apenas nesse emaranhado de possibilidades que tem suas raízes no passado.

Qual a relação do futuro com a história? Podemos dizer que nenhuma, pelo menos direta. Se fizermos um esforço de raciocínio beirando o ficcional podemos dizer que a única ligação possível do futuro com a história é admitindo que os atos e fatos do passado atravessam o presente e projetam possibilidades de futuro. Mas são apenas possibilidades. Concretamente o futuro não ocorreu, portanto não é fato. Dele não há registro nem memória, portanto não é história, uma vez que a história depende dos fatos ocorridos.

27

A ligação da história com o futuro, porém, é bem mais sutil: não se pode falar em uma história do futuro. Qualquer colocação nesse sentido é mera especulação. Pode-se falar em tendências, possibilidades, possibilidades históricas, mas não mais do que isso. Fazê-lo seria impor um esquema prefixado de como as coisas devem ser, o que é impossível (BORGES, 1996, p. 56)

Entretanto, por paradoxal que pareça, passado e futuro se encontram no presente. Mas o que é o presente? Um instante tão fluído e vertiginosamente rápido que se torna imperceptível. Notemos que quando pretendemos observar o presente, esse instante se torna passado. Podemos dizer, a partir disso, que o presente é uma espécie de funil por onde as múltiplas possibilidades de futuro se condensam num só passado.

O que isso significa para a história. Demonstra a inacessibilidade do passado. Demonstra a dificuldade de se trabalhar com o passado. Assim, se aquilo que resta do passado é o registro da memória ou do documento, o estudo do passado – a his-

tória – só pode ser feita como processo de interpretação. Como uma versão possível, mas que também admite a possibilidade de outras interpretações e versões.

E o tempo histórico? Como dissemos, para a história o tempo que ocupa a maior atenção é o ontem, o passado. Não o ontem das últimas 24 horas, mas um longo ciclo que se inicia no instante imediatamente passado e se prolonga por milhares de anos. A história quer saber, portanto, como se deu a evolução das realizações humanas para produzir o mundo em que nós nos encontramos hoje; ela quer saber como esse passado está interferindo em nosso presente e suas consequências para o futuro. E aqui outro ponto da sintonia do passado e futuro: o passado pode interferir no futuro, mas não o determina. E, novamente, nos deparamos com o eterno problema do historiador: o seu objeto de estudo, o passado, o ontem, é inatingível. Por isso dizemos que a história se dedica a estudar hoje algo que não está no presente, mas está representado e tematizado no documento. Mas seu interesse não é o documento, nem o passado, nem o fato, mas o que tudo isso tem a dizer para nós, hoje.

A história quer saber onde estão as raízes dos atos e comportamentos que hoje manifestamos. Como e em que circunstâncias eles foram produzidos? Como e em que circunstâncias nos tornamos o que somos?

Periodização

Um dos sérios problemas para se estudar história são as datas. Muita gente, ainda pensa que as datas são o centro da história. Mas não. As datas são apenas *instrumentos* para a localização dos fatos; são *convenções* criadas para determinar o indeterminado, o tempo. O que importa para a história é o fato. Ou mais especificamente, a interpretação que se pode fazer do fato, ou seja, o que esse fato tem a ver com o nosso presente.

Dessa forma, para não nos prendermos às datas e nem nos perdermos no tempo, utilizamos as convenções do calendário como delimitadoras de espaços de tempo. Nós convencionamos a divisão de espaços temporais que denominamos de datas. Para estudar a história escolhemos fatos circunscritos a espaços de tempo convencionados e lhes conferimos algum significado. Do ponto de vista da história,

procuramos adequar fatos e datas, procurando seu significado e sua localização no tempo convencional. Dessa forma, quando pretendemos localizar um fato podemos procurá-lo utilizando uma tabela (chamada calendário) ou uma Linha do Tempo que é uma forma, também convencional, para a visualização de uma sucessão de eventos.

A linha do tempo é linha na qual traçamos uma sucessão de datas relacionadas aos fatos em questão. Esse procedimento ajuda a visualizar algo intangível como o tempo. Da mesma forma que em relação às datas e aos fatos históricos, aqui também não podemos nos esquecer que estamos utilizando um recurso didático. Um recurso que pode ajudar no entendimento dos conceitos de passado e presente, além da distância que nos separa dos fatos estudados.

Em termos de História Local, a ser estudada com crianças e adolescentes, a linha do tempo e o calendário são recursos a serem utilizados para melhorar a compreensão de conceitos de tempo, de passado e de presente. No ensino fundamental pode-se construir com os estudantes uma linha do tempo representando suas vidas. E com isso mostrar que sua vida é a sua história. Pode-se mostrar, também, que sua vida e sua história estão relacionadas às vidas e histórias de outras pessoas e a outros fatos da localidade em que vivem, a qual por sua vez, está relacionada com a história da região, do país e do mundo. Ou seja, pode-se demonstrar que todas as histórias pessoais estão inter-relacionadas.

A linha do tempo é uma forma de fazer a periodização e facilitar a visualização de alguns fatos. E isso ajuda a perceber o que aconteceu, em que época e o porquê desse acontecimento. Não esquecendo que se trata apenas de mais uma convenção e que o tempo e a história são muito mais do que isso...

Antes do Livro

Enfim, tudo isso que dissemos anteriormente chega à sala de aula. Estão lá todos os fatos selecionados pelo historiador dispostos ordenadamente em um texto. O texto – científico ou didático – é o resultado do trabalho do historiador. É com o texto e por meio dele que o pesquisador-professor entra em contato com o passado, com a história ensinada em sala de aula.

Aqui a nossa preocupação é a História Local. Mesmo assim podemos nos indagar sobre como são as aulas em nossas escolas? Sem querer menosprezar a capacidade de cada um, mas de modo geral, ocorre o seguinte procedimento: o professor se reporta a materiais que já conhece; copia em seu caderno de anotações ou plano de aula as informações que considera relevantes e depois as transcreve para o quadro a fim de que o aluno copie no caderno. Os mais modernos copiam uma porção de folhas de algum material a que tem acesso e mandam os alunos para a “xerocadora”. Esse processo sugere que o professor não tem conhecimento daquilo que está fazendo. Em nosso caso, como o professor não é um pesquisador da história local, se estriba no livro, que já foi produzido a partir de outro livro. Materiais esses que são reproduzidos em sala de aula. E, como o professor não produziu o conhecimento por meio da pesquisa, corre o risco de reproduzir informações parciais e, quem sabe, distorcidas, de modo que o aluno conclui as sequências escolares sem aprender ou com informações parciais. Isso considerando que vários professores que lecionam esta disciplina não são historiadores, não se ligam à história local e permanecem com informações parciais sobre a região em que vivem.

Duas coisas são necessárias ao professor: primeiro desconfiar de material pseudo didático produzidos por curiosos sem o recurso da pesquisa; depois ter uma meta para onde voltar seus olhos. De qual região se está querendo estudar a história? Quando falamos do ensino fundamental a região não pode ser muito ampla, pois a noção do universal ainda está em se desenvolvendo no estudante. Olhando assim a história local pode ser um auxílio na contextualização. Por isso é bom iniciar no mundo circunvizinho e, gradativamente, ampliar os horizontes. E em relação aos livros disponíveis, verificar se o autor possui alguma formação histórica ou apenas reproduz o que ouviu falar... ou, pior ainda, apenas reconta o que está contado em outros livros. Notemos que, a respeito disso, Fonseca (2010) afirma que 50% dos livros didáticos foram reprovados pela comissão do Guia do Livro Didático em 2010.

Com o que dissemos não estamos menosprezando ou desprezando as iniciativas pessoais e esforços tanto daqueles que vivenciaram o processo da formação da história local quanto aqueles que se guiam pela paixão em divulgar sua região. Ocorre que a pesquisa sobre o ou o regional ainda é limitado.

Até meados do século XX, predominava o trabalho dos chamados *historiadores diletantes* ou *pesquisadores entusiastas* – em geral profissionais liberais e/ou políticos locais sem formação histórica, interessados na história local/regional -, de modo que não se tinha acesso a pesquisas acadêmicas de fôlego, baseadas no necessário rigor científico (CAIMI, 2010, p. 62)

Como recurso didático o professor pode envolver seus alunos num processo de pesquisa. E uma forma que pode ser eficiente é começar pelo espaço e tempo em que o estudante está situado e, lentamente, ampliar os horizontes: Rua, bairro (ou o sítio, a linha), município, estado e só depois introduzir as informações sobre Brasil e mundo. Isso implica dizer que se olha o mundo a partir do universo local.

Isso implica dizer que um caminho pode ser começar não exatamente e somente com a história, mas com uma noção física de geografia. Uma forma de fazer isso pode ser mostrando simultaneamente os mapas do município ao lado do mapa do estado, do Brasil e do mundo. Trata-se de ajudar na visualização e contextualização geográfica do universo da criança. Assim ela se perceberá em relação com o mundo e com as demais pessoas do mundo em que vive. O que não pode ser esquecido é que a História Local é a própria vida da população que formou e mantém a localidade. Portanto o estudante é parte integrante dela.

O mundo da criança

O mundo da criança, mesmo em tempos de globalização, é o local (município) em que vive. Ela pode, e com certeza, sabe da existência do mundo, que ultrapassa seu espaço vital. Pode até se relacionar com ele de diversas formas. Mas o seu mundo é onde vive e não aquele da TV, dos livros, revistas ou da internet. Ela pode até fantasiar o mundo, mas suas experiências são do seu espaço de relações imediatas.

Tendo isso presente é bom fazer uma caracterização de alguns mundos. O primeiro é o seu. A criança se relaciona com o mundo, mas precisa tomar consciência dele. Um meio de fazer isso é um exercício de enumeração das características, valores, deficiências do espaço em que se encontra. O que tem de bom? O que falta? O que deve ser acrescentado? O que precisa ser tirado? Este pode ser um exercício crítico uma vez que poderá ajudar o estudante a se inserir no universo que o cerca e, a partir disso, desenvolver comparações com o universo nacional e global.

Feita a caracterização do espaço em que vive o passo seguinte é caracterizar o município e a distinção entre o mundo rural comparado com a vida urbana. Quem vive na cidade pode começar fazendo um levantamento a respeito de como os alunos se referem ao mundo rural: campo, sítio, roça, linha, colônia? Isso já é um indicativo de origem! Quando se referem à vida urbana, conseguem diferenciá-la da vida rural ou só falam da cidade por que vivem nela? A vida urbana, para a criança rural, é outro espaço ou uma espécie de continuidade do seu ambiente? É um universo estranho, exótico ou um mundo sonhado almejado como objetivo a ser atingido? Como caracterizam sua cidade? Conseguem identificar, numa mesma região, chamada município, o urbano e o rural? Partindo de tudo isso cabe ao professor mostrar a interdependência entre esses dois mundos.

Depois disso não é demais mostrar a interdependência das cidades e das pessoas. Mostrar que as pessoas não vivem isoladas. Possibilitar que o estudante perceba a interdependência das pessoas. E juntas, as pessoas criam cultura e fazem história. Ou seja, é a interdependência e interação entre as pessoas que propicia o nascimento da história enquanto interpretação dos fatos da memória.

Cultura e História Local

A cultura pode ser um excelente ponto de partida para o estudo da História Local. Deve-se evitar, entretanto, o equívoco de identificar cultura com as produções artísticas. Arte é cultura, mas cultura é mais que arte. Tanto para a antropologia como para a filosofia e a história a cultura pode ser vista como o resultado de um processo produtivo: a produção material da sobrevivência humana. Pelo trabalho – produção material da sobrevivência – os humanos interferem na natureza produzindo e reproduzindo as relações sociais ao mesmo tempo em que constroem as diferentes edificações, expressões artísticas, indumentárias, elementos do folclore e dos comportamentos. Essas e outras produções humanas são manifestações culturais.

A cultura interessa à história na medida em que manifesta a própria existência humana. Desde a pré-história até nossos dias uma das principais formas de compreender o processo evolutivo humano é pela análise das manifestações culturais.

Em se tratando de História Local, particularmente nos municípios de Rondônia, analisar as manifestações culturais em diferentes épocas pode ser um caminho para compreender o processo da colonização desta localidade. Aqui, novamente, podemos comparar elementos da vida urbana e rural. É possível colher depoimentos de antigos moradores comparando suas informações com aquilo que se manifesta no dia-a-dia da localidade. Outro ângulo interessante é a análise das manifestações folclóricas e festas tradicionais. Em todos esses elementos pode-se comparar como era e como é atualmente, além de ver como era na localidade de origem. Também podemos colher fotos e outros documentos para analisar os diferentes aspectos do ontem e de hoje. Em todos esses elementos manifestam-se as transformações ocorridas, evidenciando a cultura que marca a História Local.

Vale destacar que muitos destes elementos podem ser desenvolvidos com o auxílio dos estudantes. Ou seja, em se tratando do estudo da História Local não só o professor pode ser pesquisador, como pode provocar em seus alunos gosto pela pesquisa histórica. É verdade que num trabalho coletivo, desenvolvido com estudantes do ensino fundamental, podem se perder em profundidade e minúcias, mas a amplidão do universo pesquisado e a coleta de dados acabam sendo maiores e com isso também ocorre maior ganho pedagógico, pois o estudante se envolve no processo da produção do conhecimento. Neste caso não só o professor se envolve na pesquisa, mas também os alunos que deixam de ser ouvintes para se tornarem agentes não só da pesquisa como da construção do saber.

Para finalizar?

Este é um tipo de discussão no qual não se coloca ponto final. Não só porque as opiniões são diversas e muitas vezes divergentes, mas porque o processo de ensino aprendizagem, assim como a pesquisa histórica permanece apresentando inovações. Mas se uma palavra final for necessária que ela seja no sentido de dizer que as portas estão abertas. As pesquisas estão ocorrendo e os professores começam a se interessar não só em repetir o que outros já disseram, mas em buscar, juntamente com seus alunos, as informações que nascem dessas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc, **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: história**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf, acesso em 30/01/2012
- CAIMI, Flavia Heloisa. **Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo**. In OLIVEIRA, Margarida Maria D. **História: ensino fundamental**, Brasília: Ministério da Educação, secretaria de educação básica, 2010.
- CARNEIRO, Neri de Paula. **Problema da história**. In www.webartigos.com publicado em 17/01/2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/31229/1/Problema-da-historia/pagina1.html>, acesso em 04/06/2010
- CARNEIRO, Neri P. **A construção da História e História Local: Desafios ao Professor**. In. <www.webartigos.com>. Publicado em 04 de junho de 2010 disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/a-construcao-da-historia-e-historia-local-desafios-ao-professor/39691/>> Acesso em 15/12/2011
- CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Paz e terra: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 ed. 7 reimp. 1996
- FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizontes: Dimensão, 2010
- MONTEIRO, Ana M.; GASPARELLO, Arlete M; MAGALHÃES, Marcelo de S. (orgs) **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Maud X, 2009.
- OLIVEIRA, Margarida Maria D. **História: ensino fundamental**, Brasília: Ministério da Educação, secretaria de educação básica, 2010.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene, **Ensinar História**, São Paulo: Scipione, 2010.
- VEYNE Paul. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a história**. 4 ed. Brasília: Ed. Univ. Brasília. 2008.

NOTAS

ⁱ Uma primeira versão deste texto se encontra em <<http://www.webartigos.com/articles/39691/1/A-construcao-da-Historia-e-Historia-Local-Desafios-ao-Professor-/pagina1.html>>, nasceu como roteiro de trabalho para oficina no V SEFAP – Faculdade de Pimenta Bueno – FAP. 9-11/06/2010.

ⁱⁱ Mestre em Educação pela UFMS. Especialista em Educação; Especialista em Didática do Ensino Superior; Especialista em Teologia; Professor de História e Filosofia na rede estadual (SEDUC), em Rolim de Moura – RO. Filósofo; Teólogo; Historiador; Professor de Filosofia e Ética na Faculdade de Pimenta Bueno (FAP) e Faculdade São Paulo (FSP) Rolim de Moura. Jornalista, produtor e apresentador de programa radiofônico.